



# Jornada Pedagógica 2015

**ESCOLA QUE ENSINA, ESCOLA QUE APRENDE**  
Articulando avaliação e aprendizagem no currículo

**ORIENTAÇÕES  
PARA A ORGANIZAÇÃO  
E A REALIZAÇÃO**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	3
1. OBJETIVOS .....	4
1.1 Objetivo Geral .....	4
1.2 Objetivos Específicos .....	4
2. ORIENTAÇÕES PROCEDIMENTAIS PARA A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA .....	4
2.1 Orientações Gerais .....	4
2.1.1 Das Informações Gerais .....	4
2.1.2 Da Atuação dos Núcleos Regionais de Educação (NRE) .....	5
2.1.3 Da Preparação na Unidade Escolar .....	6
2.1.4 Da Realização na Unidade Escolar .....	6
2.1.5 Da Avaliação .....	8
2.2 Orientações metodológicas às especificidades das modalidades educacionais e ofertas de ensino	8
2.2.1 Educação de Jovens e Adultos .....	8
2.2.2 Educação Escolar Indígena .....	9
2.2.3 Educação Escolar Quilombola .....	9
2.2.4 Educação do Campo .....	10
2.2.5 Educação Especial .....	11
2.2.6 Educação Profissional .....	11
2.2.7 Escolas em Tempo Integral .....	12
2.2.8 Programa de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec) .....	13
3. CONTEÚDOS/CONHECIMENTOS ESPECIAIS.....	13
4. AS TEMÁTICAS TRANSVERSAIS .....	14
5. OS PROJETOS ESTRUTURANTES .....	14
6. ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA .....	15
7. LANÇAMENTO DE NOTAS E DE FREQUÊNCIA NO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR (SGE).....	16

## **ESCOLA QUE ENSINA, ESCOLA QUE APRENDE** **Articulando avaliação e aprendizagem no currículo**

### **Apresentação**

A Jornada Pedagógica constitui-se em um espaço coletivo de organização do trabalho pedagógico da escola, que busca a construção do planejamento para o ano letivo, a partir da reflexão sobre os resultados das avaliações internas e externas, da tomada de decisão e do estabelecimento de metas para melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem. Desse modo, ressaltamos a importância da participação de todos/as da Secretaria da Educação – Órgão Central, Instituto Anísio Teixeira (IAT), Núcleos Regionais de Educação (NRE) e Unidades Escolares – nessa jornada, para garantir aos/às nossos/as estudantes o Direito de Aprender.

Nesse sentido, o documento que ora apresentamos trata de orientações gerais à preparação, execução e avaliação da Jornada Pedagógica 2015. Ele traz os procedimentos sistematizados já acumulados pela experiência da rede, em realização de jornadas anteriores, e avança no que se refere a inserir procedimentos da gestão pedagógica sistêmica. Neste ano, a jornada tratará do tema “Escola que ensina, Escola que aprende”, na perspectiva de evidenciar no currículo o necessário diálogo entre planejamento articulado e avaliação como referência para as aprendizagens.

Portanto, essas orientações compõem uma importante síntese que, a cada ano, é ajustada com a contribuição dos participantes, em um processo de ação-reflexão-ação. Assim, se configura em referência para realização da Jornada Pedagógica, fortalecendo a gestão colaborativa do trabalho e a identidade de rede.

**Ótimo trabalho a todos/as!**

## 1. Objetivos

### 1.1 Objetivo Geral

Planejar o ano letivo de 2015, a partir da análise e apropriação dos dados avaliativos da unidade escolar, para melhoria das aprendizagens e do processo formativo do/a estudante.

### 1.2 Objetivos Específicos

Planejar o trabalho do ano letivo de 2015, a partir dos dados sistematizados da unidade escolar, considerando: distorção idade/série, aprovação, reprovação e abandono e os resultados das avaliações externas - Prova Brasil, Avalie, ENEM e IDEB.

Identificar os indicadores críticos, evidenciados pela análise dos dados da unidade escolar e suas possíveis causas para subsidiar o estabelecimento de ações e metas.

Elaborar o planejamento, considerando a diversidade das modalidades de ensino, dos sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem, dos tempos pedagógicos e das especificidades dos turnos matutino, vespertino e noturno.

Estruturar e fortalecer a organização do trabalho pedagógico coletivo da unidade escolar, considerando: Projeto Político Pedagógico (PPP), Planejamentos Anuais, articulação dos projetos estruturantes e Atividades Complementares (AC).

Mobilizar a unidade escolar para a compreensão da avaliação da aprendizagem como referência para o fazer pedagógico e fortalecimento das aprendizagens significativas.

## 2. ORIENTAÇÕES PROCEDIMENTAIS PARA A REALIZAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA

Para o desenvolvimento das atividades da Jornada, foram elaboradas as **Orientações gerais** – para toda a rede e as **Orientações específicas às modalidades educacionais e ofertas de ensino** – para fortalecer o trato com as especificidades das modalidades educacionais, considerando os sujeitos, o contexto e os tempos pedagógicos.

### 2.1 ORIENTAÇÕES GERAIS

#### 2.1.1 Das Informações Gerais

- ✓ A Jornada Pedagógica 2015 acontecerá nos dias:
  - **04, 05 e 06 de fevereiro** – nas unidades escolares com calendário especial;
  - **04, 05 e 06 de março** – nas unidades escolares com calendário oficial – Portaria 10.683, de 27 de novembro de 2014.
- ✓ A carga horária total da Jornada Pedagógica, em cada turno, nos três dias, é de 12 horas.

- ✓ A unidade escolar deverá assegurar a realização da Jornada Pedagógica nos turnos matutino, vespertino e noturno, para atender às especificidades que cada turno exige, no que se refere aos sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem e possibilitar uma melhor articulação das equipes docentes de cada turno.
- ✓ Para contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos, a SEC disponibilizará no Portal da Educação a Programação da Jornada 2015, para o 1º dia, nas versões: matutino, vespertino e noturno.
- ✓ A programação do 2º e 3º dia de Jornada Pedagógica será elaborada pela unidade escolar, observando a inclusão das atividades inerentes ao planejamento:
  - **Discussão inicial para elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica da Escola (PIP) 2015**, utilizando o SIMPAIP – a partir da análise dos resultados das avaliações da escola (relatórios disponibilizados no Portal da Educação);
  - Inclusão, no planejamento, de estratégias de mobilização de professores e estudantes para a realização da **Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Anresc) / Prova Brasil**.
  - **Planejamento por Área de Conhecimento;**
  - **Elaboração do Plano por Componente Curricular** – considerando as áreas do conhecimento, a articulação dos Projetos Estruturantes e os instrumentos e conteúdos referenciais, disponíveis no Portal da Educação;
  - **Elaboração do Plano por Ano/Série/Tempo pedagógico;**
  - **Planejamento das Atividades Complementares (AC) por Área de Conhecimento** - inserção da “Agenda de subsídios à organização do trabalho pedagógico”;
  - **Socialização do planejamento;**
  - **Avaliação da Jornada** e preenchimento do Relatório Síntese da Jornada (Disponível no Portal da Educação).
- ✓ Para discussão e apropriação do tema central da Jornada Pedagógica 2015, “ESCOLA QUE ENSINA, ESCOLA QUE APRENDE - Articulando avaliação e aprendizagem no currículo”, será disponibilizado um texto de referência, com links para aprofundamento da temática e slides para apresentação do tema.

### **2.1.2 Da Atuação do Núcleo Regional de Educação (NRE)**

- ✓ Elaboração do plano de atuação na Jornada Pedagógica 2015.
- ✓ Mobilização e orientação do NUPAIP Regional e demais equipes do NRE envolvidas com o processo, para atuação na Jornada desde a preparação, até o acompanhamento da realização, avaliação e elaboração do relatório.
- ✓ Mobilização e orientação dos/as gestores/as e coordenadores/as pedagógicos/as das unidades escolares para a preparação e execução da Jornada 2015.
- ✓ Organização do acompanhamento da Jornada nas unidades escolares.
- ✓ Elaboração do relatório geral da realização da Jornada Pedagógica 2015, em formulário próprio, disponibilizado no Portal da Educação, a partir dos relatórios das unidades escolares.
- ✓ Estabelecimento de diálogos do NUPAIP Regional e das equipes ampliadas com o NUPAIP Central, por meio do plantão telefônico e fórum on-line, para dirimir possíveis dúvidas.

### **2.1.3 Da Preparação na Unidade Escolar**

- ✓ A unidade escolar deverá apropriar-se do material da Jornada – vídeo institucional, textos de referência, indicadores educacionais e instrumentos pedagógicos – disponível no Portal da Educação, [www.educacao.ba.gov.br/jornada](http://www.educacao.ba.gov.br/jornada). Esse material será organizado pela escola e reproduzido quando necessário.
- ✓ Após a apropriação do material supracitado, estabelecerá uma especial atenção ao Texto de referência, também ao material que trata da articulação dos Projetos Estruturantes no planejamento, a saber: Síntese dos Projetos Estruturantes, Quadro de Articulação dos Projetos Estruturantes e Cronograma, para uma melhor inserção desses projetos na organização do trabalho pedagógico da escola.
- ✓ Deverá acessar no Portal da Educação os dados de desempenho da escola, sistematizados, para serem utilizados na Jornada. Antes, porém, os dados deverão ser analisados pelos gestores, para identificação dos indicadores críticos e/ou práticas exitosas, no intuito de melhor orientar, durante o trabalho coletivo na Jornada, a tomada de decisão quanto às ações a serem adotadas, ao estabelecimento de objetivos, metas e estratégias para o ano letivo de 2015 e a elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica da UE (PIP), por meio do SIMPAIP.
- ✓ Definirá e executará estratégias de mobilização dos professores, a exemplo do uso de correio eletrônico, rádio, além de outros.
- ✓ Organizará o acolhimento para o início dos trabalhos em cada turno da Jornada, matutino, vespertino e noturno, para estabelecer uma ambiência adequada ao desenvolvimento do trabalho coletivo.
- ✓ Preparará os espaços físicos para desenvolvimento das atividades da Jornada, bem como os recursos audiovisuais que serão utilizados.

### **2.1.4 Da Realização na Unidade Escolar**

- ✓ Iniciar os trabalhos com um acolhimento no primeiro dia e em cada turno de Jornada;
- ✓ Socializar a programação dos trabalhos com os participantes.
- ✓ Exibir o vídeo institucional.
- ✓ Promover a discussão sobre o tema da Jornada “ESCOLA QUE ENSINA, ESCOLA QUE APRENDE - Articulando avaliação e aprendizagem no currículo”, a partir do texto de base, apropriando-se da concepção, das categorias de relevância, explorando as possibilidades de aprofundamento da temática, acessando os textos disponibilizados em links.
- ✓ Socializar, analisar e discutir os dados da unidade escolar, sistematizados e disponibilizados no Portal da Educação, para que o coletivo possa tomar decisões sobre: as ações a serem adotadas, o estabelecimento de metas gerais para o ano letivo de 2015 e a elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica da UE (PIP) – por meio do SIMPAIP, consoante o Projeto Político Pedagógico (PPP) e articulando os Projetos Estruturantes.
- ✓ Utilizar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola como base para o planejamento, estabelecendo os nexos com as ações planejadas e metas. Em caso de não possuir o PPP ou este encontrar-se desatualizado, a unidade escolar deverá incluir no seu planejamento anual a sua construção ou a sua atualização.

- ✓ Observar os nexos possíveis entre o seu Plano de Intervenção Pedagógica e o PDDE interativo utilizado como ferramenta de planejamento e gestão.
- ✓ Incluir no planejamento o **Plano por Área de Conhecimento** e o **Plano por Componente Curricular**, fortalecendo o caráter coletivo do trabalho.
- ✓ Observar as habilidades, os conteúdos de referência e as matrizes de referência do Avalie, disponíveis no Portal da Educação, para o planejamento dos componentes curriculares por ano/série/tempo pedagógico.
- ✓ Assegurar a inserção dos conhecimentos/conteúdos referentes às relações étnico-raciais, À História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena;
- ✓ Assegurar a inserção das temáticas de fortalecimento da diversidade e inclusão, a saber: gênero e sexualidades, diversidade geracional e educação especial inclusiva.
- ✓ Inserir no planejamento as questões da educação ambiental, educação para saúde e educação fiscal.
- ✓ Inserir a “Agenda de subsídio à organização do trabalho pedagógico” nas Atividades Complementares (AC), que articula a formação do Pacto pelo Ensino Médio, estabelecendo nexos com o Ensino Fundamental.
- ✓ Planejar as AC por área, em consonância com o texto de referência, estabelecendo o dia de cada área e respectivos componentes curriculares, conforme especificação a seguir:
  - **Terça-feira** – Ciências Humanas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia);
  - **Quarta-feira** – Linguagem, Códigos e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Estrangeira Moderna e Língua Portuguesa);
  - **Quinta-feira** – Matemática e Ciências da Natureza (matemática; biologia, Física e Química).



### Dicas!

1. Os/as professores/as contam, por meio do Ambiente Educacional Web do Portal da Educação ([ambiente.educacao.ba.gov.br](http://ambiente.educacao.ba.gov.br)), com uma rede social, o Espaço Aberto, e um acervo de mais de 3.300 mídias educacionais livres (Programas da TV Anísio Teixeira, blog do Professor Web, Sites Temáticos, vídeos, áudios, jogos, animações, simulações e experimentos) de todas as áreas do conhecimento, que poderão complementar as aulas e auxiliar na realização de atividades mais dinâmicas, interativas e atrativas para os/as estudantes.

2. Os professores/as também podem acessar o material pedagógico do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec), disponível no Portal da Educação, que conta com videoaulas e material de apoio pedagógico de referência, construídos pelos professores da rede pública estadual que atuam no EMITec, contemplando as diversas áreas do conhecimento, para enriquecimento do planejamento e das aulas.

Durante a realização da Jornada, as unidades escolares poderão estabelecer diálogo direto com a SEC, em tempo real, por meio de fórum virtual (login – código da UE/SEC e a senha padrão – 1 2 3 4 5 6) e por meio de telefone, para dirimir dúvidas sobre as atividades da Jornada, contatos e horários. Na página da Jornada Pedagógica 2015, está disponível um tutorial para acesso ao Fórum.

PLANTÃO ON-LINE e telefônico da JORNADA PEDAGÓGICA 2015 – Participe!  
Fórum via Portal da Educação: <http://educar.sec.ba.gov.br/forumjornada/>  
Telefones: (71) 3115- 9006 /9010 / 9075  
Dias: 04, 05 e 06/ 02/2015; 04, 05 e 06/ 03/2015.  
Horários: Matutino - 09 às 12h; Vespertino - 14 às 17h; Noturno - 19 às 21h

### 2.1.5 Da Avaliação

A unidade escolar, finalizando as atividades da Jornada, deverá fazer uma avaliação coletiva e preencher o Relatório Síntese da Jornada Pedagógica 2015, on-line, por meio do SIMPAIP, com o login de acesso do/a diretor/a da escola. É de extrema importância a fidedignidade das informações, para subsidiar a melhoria dos processos de planejamento, organização e realização da Jornada Pedagógica.

## 2.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS ÀS ESPECIFICIDADES DAS MODALIDADES EDUCACIONAIS E OFERTAS DE ENSINO

As orientações a seguir integram as orientações gerais, trazendo as especificidades das modalidades educacionais, considerando os sujeitos, o contexto social, econômico e cultural, além dos tempos pedagógicos na organização do trabalho pedagógico da Educação Básica, fortalecendo o percurso formativo de cada criança, jovem, adulto e idoso/a estudante, com práticas curriculares que valorizam os diferentes saberes, espaços e vidas. Nesse item, somam-se às modalidades as ofertas de ensino: Escola em Tempo Integral e Programa de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec). Os textos a seguir são introdutórios às modalidades e ofertas, cujo conteúdo poderá ser aprofundado, acessando o Portal da Educação, [www.educacao.ba.gov.br](http://www.educacao.ba.gov.br), nos espaços destinados especialmente a cada uma delas.

### 2.2.1 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica que garante aos jovens, adultos e idosos o direito à educação como formação, na especificidade de seu tempo humano, considerando as experiências e formas de vida próprias à juventude, à vida adulta e idosa e assegura aos sujeitos, a permanência, a continuidade e o sucesso dos estudos ao longo da vida. Essa modalidade, orientada pelos ideários da educação popular, destina-se a pessoas **com idade mínima de 18 (dezoito) anos completos**, com experiências diferenciadas de vida e de trabalho e que, portanto, aprendem e se formam na diversidade, construindo cultura e conhecimento.

Para atender a essa diversidade, a EJA se organiza em diferentes ofertas e diferentes espaços que podem ser escolares e não escolares, com currículos diferenciados de acordo com a especificidade de cada grupo que compõe esse universo. Assim, **Tempo Formativo**, **Tempo de Aprender**, bem como **Tempo Juvenil** estão presentes nas Unidades Estaduais de Ensino, nas Unidades Prisionais e nas Comunidades Socioeducativas.

O **Curso Tempo Formativo** orienta que os educadores tenham, como referência, a proposta curricular organizada por tempos formativos, eixos temáticos, temas geradores e áreas de conhecimento. Essa estrutura curricular exige uma prática coletiva, através do diálogo entre as diversas disciplinas na construção do plano de trabalho. Assim, todos os educadores deverão reunir-se por eixo temático e escolher/definir juntos os temas geradores que deverão nortear o ensino e aprendizagem das unidades didáticas e, em seguida, selecionar os conteúdos das áreas de conhecimento, capazes de ajudar a compreender a realidade social expressa no tema que será estudado.

O **Curso Tempo de Aprender** oportuniza o/a educando/a estudar por semestre letivo e por componente curricular. A proposta curricular contempla o tempo e o espaço de aprendizagem do adulto trabalhador e, para tanto, está organizada didaticamente de forma semipresencial, isto é, com

a carga horária total distribuída em aulas presenciais e não presenciais, por meio de estudos orientados, dispostos em duas unidades didáticas. Tal proposta considera os saberes trazidos pelos/as estudantes como conhecimentos que se agregam aos conteúdos construídos historicamente pela sociedade, no desenvolvimento do trabalho pedagógico, enfatizando o diálogo com as áreas de conhecimento por meio dos componentes curriculares, a fim de tornar as aulas significativas para atender à especificidade desses estudantes trabalhadores. A cada semestre, o educando poderá cursar até três componentes curriculares, com exceção de Língua Portuguesa - Literatura Brasileira e Matemática que deverão ser cursadas individualmente, em 02 (dois) semestres letivos.

O **Curso Tempo Juvenil** representa uma proposta educacional implantada pela Secretaria da Educação no ano de 2014, para educação básica nível fundamental, buscando a efetivação de uma política própria para o atendimento dos estudantes adolescentes de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos. Essa proposta objetiva o desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas que reconheçam e valorizem o repertório de vida desses estudantes, bem como a implantação de um currículo que problematize a realidade. Para tanto, apresenta a estrutura curricular organizada em eixos temáticos, temas geradores e áreas de conhecimento.

### **2.2.2 Educação Escolar Indígena**

A Educação Escolar Indígena na Bahia, respaldada em uma concepção de educação enquanto processo de constituição e fortalecimento de uma educação específica, intercultural e diferenciada, está referenciada pelo Território Etnoeducacional Yby Yara, nova configuração da política educacional que objetiva aprimorar o regime de colaboração entre o Ministério da Educação, estados, municípios e organizações indígenas, para efetivar uma educação escolar indígena de qualidade, respondendo às necessidades educacionais e às especificidades socioculturais dos 22 povos indígenas da Bahia.

Nessa perspectiva, é tarefa organizar o trabalho pedagógico de forma a garantir a aprendizagem, o acesso e domínio dos conhecimentos universais, valorizando os saberes tradicionais de cada comunidade, a manutenção das culturas e tradições, a construção de identidades coletivas e ainda a busca da sustentabilidade dos territórios indígenas. Também, há o desafio de estudar, discutir e participar da vida comunitária, procurando compreendê-la politicamente no contexto do estado, do país e (re) construí-la dentro dos princípios que definem o projeto político e as organizações socioculturais de cada povo indígena. Visando a organizar pedagogicamente esta realidade recomenda-se, no planejamento, a utilização da pesquisa como princípio metodológico, a reflexão sistemática, incorporando as orientações apresentadas e recomendadas pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas e pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, na organização do processo de ensino e aprendizagem no ano letivo de 2014.

### **2.2.3 Educação Escolar Quilombola**

A Educação Escolar Quilombola, considerada modalidade de ensino da educação básica pelo Parecer CNE/CEB 07/2010 e Resolução Nº 8 de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, bem como, pela Resolução Nº 68 de 30 de julho de 2013, que define Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola no Sistema de Ensino da Bahia, objetiva construir um currículo com os/as quilombolas e para os/as

quilombolas. Esse currículo baseia-se nos saberes, conhecimentos e respeito às matrizes culturais e de identidade no contexto específico das comunidades remanescentes de quilombos, sem deixar de considerar essa realidade nas escolas. Trata-se de uma educação diferenciada e que deve ser **contextualizada**, a partir da história de luta desses povos, dos valores civilizatórios, do respeito aos mais velhos, além de educar a partir dos saberes e conhecimentos científicos acumulados na vivência e organização coletiva das mais de 558 comunidades espalhadas pelo território baiano.

Nessa direção, essa modalidade de ensino deve garantir, no projeto político pedagógico e no planejamento da escola, a inserção de elementos fundamentais tais como: os valores ancestrais, a importância e relação com a terra, com o sagrado, e com as diversas formas de organização que necessitam ser incorporadas não só nas **escolas quilombolas**, mas, **nas escolas que atendem estudantes oriundos dessas comunidades**. Articular, subsidiar e garantir que estudantes quilombolas tenham suas especificidades atendidas, bem como acesso, permanência e conclusão de seus estudos é permitir o exercício da cidadania e da equidade para as comunidades e seus descendentes. A Educação Escolar Quilombola se insere também no contexto mais amplo da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que perpassa todos os níveis e modalidade de ensino, cujo objetivo é divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos e cidadãs para a promoção da equidade racial.

#### 2.2.4 Educação do Campo

O ponto de partida para a implementação de ações que renovem as expectativas de avanço e possível transformação da realidade educacional do campo é pensar numa escola que respeite os desafios culturais e as realidades de todos os sujeitos que fazem parte de cada comunidade, suas dificuldades e potencialidades, seus processos de organização, anseios e necessidades. Recomenda-se, portanto, que durante os momentos de reflexão e planejamento das ações/atividades para o ano letivo, o coletivo de cada unidade escolar inicie o movimento de reconhecimento/fortalecimento da Identidade da Escola do Campo, buscando a elaboração/reelaboração do Projeto Político-Pedagógico, em conformidade com a realidade local e a diversidade da população que ali vive e trabalha, na perspectiva de materializar, no cotidiano da escola, um currículo que assegure aos estudantes um percurso formativo digno, diferenciado e contextualizado, considerando a gestão pedagógica e práticas escolares, que muitas vezes necessitam ser redirecionadas na perspectiva de construção metodológica que contemple a concepção da educação, como a alternância, por exemplo, que reestrutura o tempo e espaço escolar, sem prejuízo no tempo pedagógico legal.

Nesse movimento, exige-se inicialmente o estudo e discussões sobre a legislação específica vigente (Resolução CNE/CEB 01/2002; Resolução CNE/CEB nº 02/2008 e o Decreto Nº 7.352/2010) <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaodocampo/legislacao> pelo coletivo de sujeitos envolvidos no processo educativo. Faz-se, também, necessário o mapeamento das condições reais de vida, da cultura, das relações sociais, dos saberes construídos por gerações nos diferentes tempos e espaços, além de outros, traduzindo elementos construtivos para o desenvolvimento de práticas educativas articuladas com a dinâmica de vida dos povos ali representados no espaço escolar.

Um passo fundamental, no atendimento do direito à educação das populações do campo, é o reconhecimento da categoria “escola do campo” que segundo o Decreto nº 7.352/2010 é **“aquela situada em área rural, conforme definida pelo IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”**. Temos, na rede pública de ensino, muitas escolas localizadas na área urbana com atendimento predominante a estudantes do campo. Fazem-

se urgentes e necessárias a identificação e caracterização como escola do campo, de acordo com a definição do Decreto e, em seguida, a organização pedagógica deste espaço educativo em consonância com os princípios fundamentos e especificidades didático-pedagógicas da Educação do Campo.

### **2.2.5 Educação Especial**

A Educação Especial/Inclusiva é uma modalidade de Educação diferenciada, pois perpassa, transversalmente, todos os níveis e modalidades de ensino, oferecendo um conjunto de serviços e recursos especializados para complementar e/ou suplementar o processo educacional dos estudantes com necessidades educacionais especiais. A inclusão socioeducacional dos estudantes público-alvo da Educação Especial – com deficiência (cegueira, baixa visão, deficiência auditiva, surdez, surdocegueira, deficiência intelectual ou deficiência múltipla), transtornos globais do desenvolvimento (autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett ou Transtorno Desintegrativo da Infância) e altas habilidades/superdotação – é um desafio a ser enfrentado por todos, e a transformação da escola não deve ser entendida como uma mera exigência do ordenamento legal, e sim, um compromisso inadiável das escolas como forma de garantir a esses estudantes o acesso à educação.

Em caráter suplementar, a Educação Especial oferece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio de Salas de Recursos Multifuncionais, que elaboram, disponibilizam e aplicam recursos pedagógicos e de acessibilidade. O AEE se distingue das atividades realizadas em salas de ensino comum, pois seu objetivo é acompanhar e apoiar o estudante, fornecendo meios que proporcionem ou ampliem suas habilidades funcionais, favorecendo a inclusão escolar e social. Essas salas são implantadas nas escolas regulares e também nos Centros Especializados em Educação Especial que, além de oferecer o AEE, exercem um papel importante nas regiões onde estão implantados, por desenvolverem ações articuladas com as escolas da rede estadual e os municípios, promovendo formação continuada em educação especial inclusiva, adaptação de material, acompanhamento e apoio às salas de recursos multifuncionais.

Assim, é necessário que a unidade escolar implemente mudanças em seu Projeto Político Pedagógico e planejamento, identificando a demanda e as reais necessidades dos estudantes, para desenvolver um currículo escolar inclusivo, que garanta a aprendizagem e o processo de avaliação, considerando e respeitando as especificidades, bem como os limites e possibilidades, conforme estabelecido na legislação sobre essa modalidade de ensino.

### **2.2.6 Educação Profissional**

A Educação Profissional é parte estratégica do desenvolvimento do estado da Bahia, está vinculada às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos Territórios de Identidade, envolve cadeias produtivas e arranjos socioprodutivos locais.

Expressa dois direitos do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Objetiva a formação integral articulada à formação profissional de adolescentes, jovens e adultos trabalhadores. Está voltada também, ao permanente desenvolvimento da capacidade dos estudantes de intervir, com criatividade e inovação, no cenário do mundo do trabalho, cujas demandas por aperfeiçoamento e formação profissional são constantes.

A Rede Pública de Educação Profissional da Bahia é, atualmente, a 2ª maior rede estadual do Brasil. Conta com 71 Centros de Educação Profissional, 96 Unidades Escolares Compartilhadas, está

presente nos 27 Territórios de Identidade e em 123 Municípios. Oferta um total de 84 cursos, dentre eles, cursos técnicos de nível médio e cursos de qualificação profissional que são implantados de acordo com o Território de Identidade e suas demandas.

A Educação Profissional da Bahia tem como concepção o trabalho como princípio educativo. Isso quer dizer construir possibilidades para que os jovens e adultos trabalhadores sejam incluídos no mundo do trabalho e preparados para as demandas socioeconômicas e ambientais do estado da Bahia, conduzindo-os à compreensão da ciência, da técnica e da sua implicação para a sociedade. O estudante apreende diversas práticas e conteúdos na formação técnica escolhida, estabelecendo relações mais amplas com a dimensão social da futura profissão.

Nesse sentido, outro significativo princípio pedagógico da Educação Profissional é a intervenção social. Criada a partir de necessidades socioambientais com o fim de solucionar um problema social num Território de Identidade, ela é concebida na perspectiva da tecnologia social, que cumpre procedimentos metodológicos testados, validados por critérios técnico-científicos com impacto social comprovado. Uma tecnologia social sempre considera as realidades sociais locais e, em geral, está associada às formas de organização coletivas, representando soluções criativas para inclusão social, a melhoria da qualidade de vida local e também o desenvolvimento socioambiental.

Hoje, são mais de 74 mil estudantes matriculados nos cursos de Educação Profissional, resultado de um trabalho pedagógico que tem preparado estudantes para a inserção qualificada no mundo do trabalho, condição que cada vez mais precisa ser alicerçada em planejamento pedagógico, criterioso, sistematizado e cotidiano, cujas ações cada vez mais articulem e integrem o significado dos contextos e conteúdos atribuídos aos componentes curriculares, no sentido de ampliar a qualidade e a coerência com os princípios pedagógicos preconizados pela Educação Profissional da Bahia para todos os estudantes da rede pública.

### **2.2.7 Escolas em Tempo Integral**

As Escolas em Tempo Integral fundam as suas bases legais na Portaria 249/2014 publicada no D.O de 22.01.2014 e 2439/2014 de 29.03.2014, que dispõe sobre a sua implantação, sua organização e o seu funcionamento e possuem diretrizes que orientam a ampliação dos tempos e espaços da formação escolar ( <http://institucional.educacao.ba.gov.br/proei> ) .

Essas Escolas têm, como objetivo, promover um processo de desenvolvimento humano e social emancipatório (da pessoa e do cidadão) nos tempos e espaços da formação escolar, por meio de uma educação integral, integrada e integradora, que considera a multidimensionalidade do sujeito, suas relações biopsicossociais e o contexto histórico-político-social no qual está inserido.

A ampliação da jornada escolar, em conformidade ao que preconiza o PNE - mínimo de 7 horas diárias de efetivo trabalho escolar - propõe uma reformulação curricular com base em um currículo integrado, com o objetivo de construir uma sociedade a partir dos princípios da equidade social em que condições de vida e oportunidades sejam iguais para todos e estimula a participação ativa dos estudantes na construção de conhecimentos diversos, na organização de experiências curriculares contextualizadas e significativas, na promoção de experiências sociais com temas e situações-problema presentes na sua realidade, aprofundando e alargando a compreensão crítico-reflexiva de si próprios e do seu mundo.

### **2.2.8 Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - EMITec**

O Programa de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec) foi criado em 2011, com o propósito de atender a três vertentes desafiadoras da educação baiana: ampliar a oferta de Ensino Médio no Estado da Bahia, a fim de cobrir sua ampla extensão territorial (417 municípios); suprir a carência de docentes habilitados para atuarem nos diferentes componentes curriculares da rede, sobretudo em localidades distantes dos centros urbanos; e atenuar as desigualdades socioculturais no Estado, com o intuito de auxiliar na construção da cidadania.

A fim de atender a estas vertentes, o EMITec tem como objetivo principal estender o direito à educação às comunidades localizadas em territórios de difícil acesso, considerando a extensão territorial da Bahia e a carência de profissionais habilitados em disciplinas das diferentes áreas do conhecimento nestas localidades. Assim, assegura a jovens e adultos que moram em localidades que não têm Unidades Escolares de Ensino Médio o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica, possibilitando-lhes dar continuidade aos estudos em outro nível de ensino. Para atender ao seu objetivo, o EMITec estrutura suas ações através de dois grupos (professores especialistas e mediadores).

No EMITec, professores especialistas e mediadores participam de jornadas pedagógicas específicas. Entretanto, também é assegurada a participação dos professores na jornada pedagógica da Rede. Assim, além de refletirem e planejarem o ano letivo com base nas especificidades do Programa, os professores têm um momento para discutir sobre temas relevantes para toda a Rede.

### **3. CONHECIMENTOS/CONTEÚDOS ESPECIAIS**

A Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira modificada pela Lei 11.645/08, inclui, no currículo oficial escolar, a obrigatoriedade do ensino dos conhecimentos/conteúdos da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Desse modo, as Leis supracitadas ressaltam a importância histórica das populações negra e indígena na formação da sociedade brasileira. Portanto, é de extrema relevância a inserção dos conhecimentos/conteúdos que tratam da história e da cultura que caracterizam o povo brasileiro, tais como o estudo da história e cultura da África e dos africanos, afro-brasileira e indígena, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Nessa perspectiva, é imprescindível que todos os educadores da rede pública de ensino se apropriem desses conhecimentos/conteúdos básicos. É urgente nos disponibilizarmos ao diálogo, explicitarmos posicionamentos teóricos, políticos, nos mantermos sensíveis para entender as concepções subjacentes às questões ora apresentadas.

Os conhecimentos/conteúdos relativos à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” precisam estar presentes em todas as etapas, modalidades e componentes curriculares da Educação Básica. Precisam, também, estar inseridos nos projetos-político-pedagógicos e projetos educacionais da unidade escolar. Dessa forma, irão contribuir com a qualificação docente para possibilitar aos/às estudantes uma investigação crítica, compreendendo e analisando a questão das diferenças e das desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas, de modo que cada estudante possa desenvolver ações e atitudes práticas no cotidiano sobre as relações étnico-raciais na Bahia e no Brasil.

#### **4. AS TEMÁTICAS TRANSVERSAIS**

Os temas transversais contribuem para formação humanística e para compreensão das relações sociais, através de situações de aprendizagens que envolvem a experiência do/a estudante, temas da atualidade, assim como conteúdos tradicionais, criando eixos geradores de saberes. Partimos do pressuposto de que não deve haver omissões em relação a temáticas sociais, que podem permear os assuntos tratados por professores em suas aulas ou serem colocados por estudantes de acordo com seus interesses e/ou afinidades com um componente curricular específico. Desse modo, busca-se o trato com o conhecimento em uma perspectiva de superação de uma concepção fragmentada e descontextualizada.

No planejamento coletivo do ano letivo, todas as modalidades, cursos, etapas e séries/anos devem assegurar o trato com as temáticas: Educação Ambiental, Educação para as Relações de Gênero e Sexualidades, Educação para Saúde e Educação Fiscal. Essas temáticas, que perpassam todo o currículo da Educação Básica, contribuem para o enfrentamento às desigualdades sociais, com a construção de conhecimentos contextualizados e interseccionados, potencializando os diálogos inter e transdisciplinares, envolvendo todas as áreas de conhecimento: ciências humanas, ciências da natureza, matemática e de códigos e linguagens.

#### **5. PROJETOS ESTRUTURANTES**

Os Projetos Estruturantes constituem uma categoria de ação composta por um conjunto de projetos que, além de implementarem políticas educacionais, buscam a reestruturação dos processos e gestão pedagógicos, a diversificação e inovação das práticas curriculares, como consequência e foco principal, a melhoria das aprendizagens, são eles: Programa Mais Educação (PME); Ensino Médio Inovador (ProEMI); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC); Gestar na Escola; Programa Ciência na Escola (PCE); Artes Visuais Estudantis (AVE); Festival Anual da Canção Estudantil (FACE); Tempos de Artes Literárias (TAL); Educação Patrimonial e Artística (EPA); Encontro de Canto Coral (Encante); Produção de Vídeos Estudantis (PROVE); A Arte de Contar História (s); Mostra de Dança Estudantil (DANCE); Ressignificação da Dependência; Ressignificação da Aprendizagem (somente para os NRE 19 – Feira de Santana e 26 – Salvador); Jogos Estudantis da Rede Pública (JERP); Capoeira na Escola – Patrimônio de Todos Nós; Juventude em Ação (JÁ); e Mídias e Tecnologias Educacionais.

A **articulação dos Projetos Estruturantes**, a partir do planejamento coletivo, potencializa os processos de ensino e as aprendizagens os/as nossos/as estudantes, de todas as etapas e modalidades educacionais, de forma a impactar nos resultados das avaliações internas e externas. Os programas e os projetos precisam dialogar entre si e com os componentes curriculares, identificando as possibilidades de nexos e convergências, estabelecendo consonância com o Projeto-Político-Pedagógico e, desse modo, otimizar o trabalho coletivo. O momento do planejamento possibilita uma construção necessária à articulação dos Projetos Estruturantes, cujo aprimoramento acontecerá no decorrer de todo o ano letivo. A unidade escolar contará com documentos de apoio à articulação dos projetos estruturantes, postados no Portal da Educação, a saber:

- 1. Síntese dos Projetos Estruturantes** – Contem informações básicas sobre cada projeto, seus objetivos, operacionalização, público alvo, forma de adesão e contatos, possibilita uma aproximação panorâmica.
- 2. Quadro de Articulação dos Projetos Estruturantes** – Diz respeito a um exercício de sistematização de possibilidades de articulação dos projetos, seus conteúdos e operacionalização. É uma referência a ser explorado e enriquecido pelas unidades escolares.
- 3. Cronograma dos Projetos Estruturantes** – Organiza as atividades dos projetos em etapas, datas ou períodos. Observamos que esse cronograma será atualizado mensalmente, pois algumas datas somente serão confirmadas no decorrer do ano letivo.

<b>Observações para articulação dos projetos estruturantes</b>
✓ Integrar o planejamento coletivo, de modo a compor o currículo escolar, convergindo aos componentes curriculares.
✓ Estabelecer o nexo com o Projeto-Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar.
✓ Articular as atividades, processos e conteúdos dos projetos estruturantes desenvolvidos na unidade escolar, de forma a potencializar as aprendizagens e concentrar os esforços coletivos.
✓ Consolidar as Atividades Complementares (AC) como espaço de formação contínua e de planejamento coletivo para a articulação das atividades.
✓ Estabelecer uma agenda de atividades conjugadas e exequíveis entre os projetos, observando o calendário letivo e, para aqueles projetos que possuem culminâncias regionais e/ou estaduais, observar o cronograma dos Projetos Estruturantes.

Maiores informações sobre os projetos estruturantes (concepção, proposta, adesão, recursos, possibilidades de articulação e contatos), acessar [www.educacao.ba.gov.br/jornada](http://www.educacao.ba.gov.br/jornada).

## **6. ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

As orientações complementares para a Educação Básica diz respeito a documentos específicos para o Estado da Bahia. São referências de procedimentos, estratégias e práticas pedagógicas, para implementação de currículos inovadores, consoantes as atuais demandas da Educação Básica, necessários para o planejamento do ano letivo de 2015. É importante acessar, no Portal da Educação, os documentos relacionados a seguir, para subsidiar a organização do trabalho coletivo.

- **Programa de Educação em Integral (ProEI)** – documento que trata da dimensão conceitual, curricular, pedagógica e operacional da Educação Integral na rede estadual de ensino.
- Orientações Curriculares e Subsídios Didáticos para a Organização do Trabalho Pedagógico no **Ensino Fundamental de Nove Anos**.
- **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**.
- **Tempo Juvenil** – Ensino Fundamental para adolescentes de 15 a 17 anos – documento trata das dimensões pedagógicas e operacionais para implantação do Ensino Fundamental, atendendo às especificidades dos adolescentes de 15 a 17 anos.

## **7. LANÇAMENTO DAS NOTAS E DA FREQUÊNCIA NO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR (SGE)**

Recomendamos atenção especial ao lançamento de notas e de frequência no Sistema de Gestão Escolar (SGE), conforme Portaria Nº. 2.906/2011, pois, além de possibilitar o acompanhamento sistêmico sobre o processo formativo dos/as estudantes, alimentará o Boletim Online, que será acessado periodicamente pelo/a estudante e familiares/responsáveis. Para tanto, a escola deve orientar, mobilizar e acompanhar os/as educadores/as no processo de alimentação de dados no SGE, ressaltando a importância do cumprimento dos prazos e fidedignidade das informações.

Com os dados atualizados no SGE, a unidade escolar poderá gerar os relatórios que subsidiarão a composição do seu diagnóstico, possibilitando identificar os resultados obtidos – ações exitosas, bem como, indicadores críticos. A partir da análise dos resultados obtidos, a unidade escolar tomará decisões importantes, estabelecendo novas metas e estratégias no planejamento realizado durante a Jornada Pedagógica e decorrer do ano letivo.